

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DANIEL LEONARDO RAMOS MARTINS FILHO

**A PARTICIPAÇÃO DO CONTADOR NO CONSELHO FISCAL E
COMITÊ DE AUDITORIA DAS EMPRESAS DA B3**

Rio de Janeiro

2019

DANIEL LEONARDO RAMOS MARTINS FILHO

**A PARTICIPAÇÃO DO CONTADOR NO CONSELHO FISCAL E
COMITÊ DE AUDITORIA DAS EMPRESAS DA B3**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Administração e
Ciências Contábeis da Universidade Federal
do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do grau de bacharel
em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Adriano Rodrigues

Rio de Janeiro

2019

RESUMO

O mercado financeiro brasileiro passa por uma transformação, de forma que alguns mecanismos de controle se tornaram muito importantes com o passar dos anos. O conselho fiscal e o comitê de auditoria são duas peças de grande importância para as empresas e para seus acionistas, e a sua utilização pode representar um indício de boa governança corporativa. A partir disso, o profissional de contabilidade figura como um perfil de grande importância nesses órgãos de controle, tendo em vista sua formação com uma base econômico-financeira, legal e gerencial. Sendo assim, este presente estudo tem por objetivo avaliar a participação do contador no conselho fiscal e comitê de auditoria das empresas listadas na B3, verificando sua influência para a boa gestão empresarial. A partir disso, utilizou-se uma metodologia de análise bibliográfica e também uma base de dados de empresas da B3, sendo possível analisar a participação do contador nestes órgãos de forma ampla, e também específica, verificando setores de atuação, segmentos de listagem de governança corporativa e indicação dos membros. Através da análise e interpretação dos resultados obtidos, pode-se verificar que no conselho fiscal o contador apresenta uma evolução de participação com o passar dos anos, enquanto no comitê de auditoria os resultados são menos expressivos.

Palavra-chave: Governança Corporativa, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Contador, Contabilidade, B3.

Lista de Quadros

Quadro 1: Práticas Recomendadas para Composição do Conselho Fiscal.....	12
Quadro 2: Atribuições do Conselho Fiscal.....	13
Quadro 3: Comparativo sobre Composição do Comitê de Auditoria.....	16
Quadro 4: Tarefas do Comitê de Auditoria.....	17
Quadro 5: Segmentos de Governança Corporativa.....	18
Quadro 6: Formação Acadêmica (LIMA, 2014).....	19
Quadro 7: Divisão por Segmentos de Listagem (MATOZO, 2016).....	20
Quadro 8: Profissões por Segmentos de Listagem (MATOZO, 2016).....	20
Quadro 9: Divisão Setorial (MATOZO, 2016).....	21
Quadro 10: Importância da composição do conselho fiscal (ESCUDER, 2006).....	21
Quadro 11: Percentual de empresas que possuem contadores no Comitê / Conselho....	25
Quadro 12: Membros Contadores no Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria.....	25
Quadro 13: Média de membros por empresa.....	26
Quadro 14: Percentual por segmentos de listagem das empresas da B3.....	27
Quadro 15: Percentual de parte dos segmentos das empresas listadas na B3.....	28
Quadro 16: Percentual de segmentos das empresas listadas na B3 com Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.....	28
Quadro 17: Percentual de segmentos das empresas listadas na B3 com contadores no Comitê de Auditoria e no Conselho Fiscal.....	29
Quadro 18: Percentual de contadores no conselho fiscal por segmento de listagem.....	29
Quadro 19: Percentual de contadores no comitê de auditoria por segmento de listagem.....	30
Quadro 20: Divisão setorial das empresas da B3.....	31
Quadro 21: Divisão setorial das empresas por comitê de auditoria ou conselho fiscal...	32
Quadro 22: Divisão setorial das empresas da B3 por comitê de auditoria ou conselho fiscal, com contadores em seu quadro de membros.....	33
Quadro 23: Percentual de membros efetivos indicados ao conselho fiscal de acordo com o tipo do acionista que indicou.....	34
Quadro 24: Percentual de Presidentes indicados ao conselho fiscal de acordo com o tipo do acionista que indicou.....	34
Quadro 25: Percentual de contadores indicados ao conselho fiscal de acordo com o tipo de acionista que indicou.....	35

Quadro 26: Tempo médio dos membros no conselho fiscal.....	35
Quadro 27: Tempo médio de membros no comitê de auditoria.....	36
Quadro 28: Tempo médio dos membros no conselho fiscal de acordo com a indicação.....	36
Quadro 29: Tempo médio dos membros contadores no conselho fiscal de acordo com a indicação.....	37
Quadro 30: Número de membros no comitê de auditoria das empresas da B3.....	37
Quadro 31: Comissão de Auditoria Banco Inter.....	38
Quadro 32: Parecer comitê de auditoria B2W.....	39

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	8
1.2 PROBLEMA.....	9
1.3 OBJETIVOS.....	9
1.3.1 Objetivo Geral.....	9
1.3.2 Objetivos Específicos.....	9
1.4 JUSTIFICATIVA.....	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1 CONSELHO FISCAL.....	11
2.1.1 Composição.....	11
2.1.2 Atribuições.....	13
2.1.3 Remuneração.....	14
2.2 COMITÊ DE AUDITORIA.....	14
2.2.1 Composição.....	15
2.2.2 Atribuições.....	17
2.2.3 Remuneração.....	17
2.3 SEGMENTOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	18
2.4 RESULTADOS DE OUTRAS PESQUISAS.....	19
3 METODOLOGIA.....	23
3.1 PARTICIPAÇÃO DO CONTADOR.....	23
3.2 ANÁLISE POR SEGMENTO DE LISTAGEM.....	23
3.3 ANÁLISE SETORIAL.....	23
3.4 ANÁLISE DE INDICAÇÕES.....	24
3.5 TEMPO DE PERMANÊNCIA.....	24

3.6 COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA.....	24
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	25
4.1 PARTICIPAÇÃO DO CONTADOR.....	25
4.2 ANÁLISE POR SEGMENTO DE LISTAGEM.....	27
4.3 ANÁLISE SETORIAL.....	30
4.4 ANÁLISE DE INDICAÇÃO DE MEMBROS.....	33
4.5 TEMPO DE PERMANÊNCIA.....	35
4.6 ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA.....	37
5 CONCLUSÃO.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A governança corporativa é um tema de grande importância no mercado financeiro devido as suas grandes responsabilidades nas companhias, sendo uma ferramenta para fornecimento de transparência, equidade, accountability e responsabilidade corporativa. A partir disso, o comitê de auditoria e o conselho fiscal são dois órgãos de fiscalização que proporcionam o cumprimento das práticas de controle das companhias e boa governança, oferecendo confiança para os stakeholders e preservando o valor das companhias.

O conflito de interesse entre a alta administração e os acionistas é comum, como pode ser verificado na teoria da agência. A partir deste exposto, o conselho fiscal e o comitê de auditoria podem assegurar a independência das decisões gerenciais.

A respeito disso, Trapp (2006) apresenta em sua pesquisa que o conflito de agência surge quando os agentes ligados à empresa possuem interesses divergentes dos acionistas. Por conseguinte, o acionista deve ter o maior número possível de instrumentos para evitar que os interesses pessoais dos administradores prejudiquem a organização.

O comitê de auditoria não se confunde com o conselho fiscal. Enquanto o comitê de auditoria é um órgão de assessoramento do conselho de administração, o conselho fiscal tem como objetivo fiscalizar os atos da administração (IBGC, 2015).

O conselho fiscal não substitui o comitê de auditoria. Enquanto este último é órgão de controle com funções delegadas pelo conselho de administração, aquele é instrumento de fiscalização eleito pelos sócios e, por lei, não se subordina ao conselho de administração (IBGC, 2015).

1.2 PROBLEMA

Tendo em vista a democratização do mercado financeiro brasileiro nos últimos anos, o acesso da pessoa física as ações de empresas listadas em bolsa se tornou muito fácil. A partir disso, o conselho fiscal e o comitê de auditoria desempenham papel importante de controle que proporcionam segurança ao investidor. Diante deste exposto, o profissional de contabilidade pode impactar de forma positiva nestes comitês, devido a sua formação com base financeira, gerencial, legal e de gestão. Com isso, questiona-se: **De que forma e com qual intensidade a participação de contadores em conselhos fiscais e comitês de auditoria se faz presente?**

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 OBJETIVO GERAL

O estudo tem como objetivo principal avaliar a participação de contadores no conselho fiscal e no comitê de auditoria.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Verificar e avaliar a participação de contadores no comitê de auditoria e conselho fiscal das empresas da B3.

A partir de uma divisão setorial e por segmentos de listagem de governança corporativa, identificar a participação de membros contadores em empresas com conselho fiscal e comitê de auditoria,

Verificar o tempo médio de permanência dos membros contadores no conselho fiscal e no comitê de auditoria.

Verificar as indicações de membros contadores no conselho fiscal das empresas da B3, analisando a influência de cada tipo de acionista.

Analisar o número de membros que compõem o comitê de auditoria das empresas da B3.

1.4 JUSTIFICATIVA

Este estudo justifica-se uma vez que a participação do profissional de contabilidade no comitê de auditoria e no conselho fiscal pode trazer benefícios reais para as companhias. Uma vez que este profissional, quando capacitado e com certa experiência apresentam um preparo amplo e de grande importância para a composição de comitês que desempenham vistoria e validações nas finanças empresariais, impactando na tomada de decisão da alta administração.

(Pontes, Evandro Fernandes, 2009) em seu artigo cita que a educação formal de contadores e administradores, e, ultimamente, dos advogados inclusive, propicia instrumentos adequados para o correto exercício das funções de conselheiro fiscal. Nessa linha, tomemos como exemplo a atribuição do artigo 163, VII: “examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar”.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONSELHO FISCAL

O Conselho fiscal é caracterizado como um meio de fiscalização para reporte aos acionistas, com independência dos administradores. Tendo obrigatoriedade por lei para as companhias de capital aberto.

É parte integrante do sistema de governança das organizações brasileiras. Pode ser permanente ou não, conforme dispuser o estatuto. Representa um mecanismo de fiscalização independente dos administradores para reporte aos sócios, instalado por decisão da assembleia geral, cujo objetivo é preservar o valor da organização. Os conselheiros fiscais possuem poder de atuação Individual, apesar do caráter colegiado do órgão (IBGC, 2015).

(Machado, 2017) em sua monografia apresenta os limites do conselho fiscal, expondo como a indicação do membro pode impactar em suas atitudes. Em regra, se o abuso é cometido por membros do conselho eleitos pela maioria, verifica-se hipótese de abuso omissivo, uma vez que, na prática, os conselheiros fiscais eleitos pelo controlador tendem a ser coniventes com os atos praticados pelos administradores indicados por tal(is) acionista(s).

Enquanto, por outro lado, os abusos cometidos por membros eleitos em separado (portanto, indicados pela minoria) normalmente se dão mediante conduta comissiva, manifestada pela atuação excessiva dos conselheiros (Machado, 2017).

2.1.1 COMPOSIÇÃO

A legislação atual em vigência, limita o número de membros do conselho, e também permite a sua independência através de pessoas que não necessariamente tenham alguma relação com a empresa.

A composição do conselho fiscal será de no mínimo 3 e no máximo 5 membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos em assembleia geral. Os membros e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira assembleia-geral ordinária que se realizar após a sua eleição, e poderão ser reeleitos (Lei 6404/76, art. 161).

A qualificação exigida para os membros se mostra superficial, de forma que o mínimo exigido em lei é simplório, o que pode ser um dos fatores para problemas de

governança, uma vez que seus membros não apresentem capacidade técnica necessária para as atribuições do conselho.

Somente podem ser eleitos para o conselho fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal (Lei 6404/76, art. 162).

O IBGC, em seu código de melhores práticas de governança corporativa, expõe práticas recomendadas para a composição do conselho fiscal, de forma a estimular as companhias a preservar o valor da organização. Segue exposto abaixo as recomendações:

Práticas Recomendadas para Composição do Conselho Fiscal (IBGC, 2015)
a) Antes da eleição dos membros do conselho fiscal, as organizações devem estimular o debate entre todos os sócios quanto à composição do órgão buscando garantir que ele tenha a diversidade desejável de experiências profissionais pertinentes às suas funções e ao campo de atuação da organização.
b) A participação de todos os grupos de sócios no processo de indicação de membros para o conselho fiscal deve ser preservada, mesmo em organizações sem controle definido.
c) A organização deve facilitar a instalação do conselho fiscal, se solicitada por algum grupo de sócios, especialmente quando não houver controlador definido ou existir apenas uma classe de ações.
d) Nas organizações em que haja controle definido, os sócios controladores devem abrir mão da prerrogativa de eleger a maioria dos membros do conselho fiscal e permitir que a maioria seja composta de membros eleitos pelos sócios não controladores.

Quadro 1

Fonte: Fonte Própria

2.1.2 ATRIBUIÇÕES

A Lei 6404/76 art. 163 atribui ao conselho fiscal e seus membros 8 competências que devem ser exercidas:

Atribuições do Conselho Fiscal (Lei 6404/76 Art. 163)	
I - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;	
II - opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia-geral;	
III - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;	
IV - denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia-geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia;	
V - convocar a assembleia-geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias;	
VI - analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia;	
VII - examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;	
VIII - exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.	

Quadro 2

Fonte: Fonte Própria

As tarefas do conselho fiscal segundo a lei são em sua maioria de caráter revisional, e com muita ênfase nas demonstrações financeiras das companhias. O que de antemão já seria motivo suficiente para a presença de membros contadores no conselho.

As empresas de capital aberto listadas na B3, devem ser auditadas por um auditor independente, que verifica se as demonstrações contábeis estão de acordo com a legislação vigente e emitem um parecer de auditoria. Este fato acaba muitas vezes sendo usado como muleta por muitos conselhos fiscais, de forma a se apoiar totalmente na opinião do auditor e não exercendo sua atribuição de análise com independência.

Infelizmente, como se disse, essas são as tarefas menos prioritárias nas agendas de muitos conselhos fiscais, seja por desconhecimento, seja por falta de habilidades técnicas, seja por crer que a tarefa pode ser melhor desempenhada por uma auditoria executiva interna, um auditor independente ou um “perito” do conselho fiscal (na forma do §8º ao artigo 163 da Lei das S.A.). Quando não lançam mão desses “peritos” ou auxiliares, seja dentro de vias formais, quanto por vias informais, essa tarefa revisional é normalmente feita pro forma, sem muito compromisso com o resultado das análises, refletidos em pareceres que nada atestam e pouco falam em suas dez ou doze linhas. (Pontes, Evandro Fernandes, 2009)

2.1.3 REMUNERAÇÃO

Os conselheiros Fiscais devem ter uma remuneração adequada ao tempo dedicado a atividade, a complexidade do negócio e as qualificações necessárias para realização dos afazeres. De forma que não deve ser variável, e necessita de divulgação individual ou do conselho como um todo.

A remuneração dos membros do conselho fiscal, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela assembleia-geral que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. (Lei 6404/76, art. 162 § 3º)

2.2 COMITÊ DE AUDITORIA

O comitê de auditoria tem como papel assessorar o conselho de administração para supervisão da elaboração das demonstrações contábeis, e também atividades ligadas a risco, conformidade, integridade e ética.

Vale ressaltar que o comitê de auditoria ganhou destaque no mundo após os escândalos envolvendo a Enron e a WorldCom, que motivaram a implementação da SOX (Lei Sarbanes-Oxley) em julho de 2002 nos EUA. A SOX trouxe regras de governança corporativa para o mercado americano, visando transparência nas companhias, incluindo a obrigatoriedade deste comitê.

O Banco Central do Brasil (BCB) na resolução Nº 3.198 e a Superintendência de Seguros Privados (Susep) na resolução Nº 321/15 em 2004 incluíram a existência de comitê de auditoria em suas empresas reguladas como obrigatório. As companhias não financeiras tiveram as regulamentações para o comitê de auditoria com um regulamento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 2011.

2.2.1 COMPOSIÇÃO

A composição do comitê de auditoria varia de acordo com a lei ou regra que rege o setor da empresa, e também pode ser influenciada por recomendações externas. De forma que o conselho de administração deve garantir que a composição do comitê de auditoria seja por membros com qualificação adequada e independentes.

Vale salientar que é uma boa prática a substituição programada dos membros do comitê, tendo em vista que é salutar a renovação, além de ser um incentivador para a exploração de novas competências.

No quadro abaixo, segue exposto um comparativo entre a indicação de composição de diferentes instituições Brasileiras, expondo quantidade de membros no conselho e qualificação mínima.

Comparativo de recomendações para composição de comitê de Auditoria		
Lei / Regra	Composição	Qualificação
CÓDIGO DAS MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DO IBGC	Preferencialmente formado apenas (ou ao menos em sua maioria) por conselheiros. Recomenda que o coordenador seja um conselheiro independente	Pelo menos um integrante deve ter experiência comprovada em assuntos contábeis, controles internos, operações financeiras e auditoria independente
CÓDIGO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – COMPANHIAS ABERTAS	Maioria de membros independentes e coordenado por um conselheiro independente	Pelo menos um de seus membros independentes com experiência comprovada na área contábil-societária, de controles internos, financeira e de auditoria, cumulativamente
CVM – INSTRUÇÃO N. 509/11	No mínimo três membros, dos quais pelo menos um deve ser do conselho de administração e não participar da diretoria. Pelo menos dois devem ser independentes	Pelo menos um integrante deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária
LEI DAS ESTATAIS (LEI N. 13.303)	De três a cinco membros, de maioria independente. Não podem ter ocupado cargo público efetivo ou em comissão de ente controlador por pelo menos um ano antes de assumir o cargo	Pelo menos um integrante deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária
BANCO CENTRAL DO BRASIL (RESOLUÇÃO CMN N. 3.198)	Mínimo de três membros, que não podem ser (ou ter parentesco com) diretores, funcionários ou membros do conselho fiscal da instituição ou de suas ligadas. O membro do comitê também não pode receber qualquer outro tipo de remuneração da instituição ou de suas ligadas que não seja aquela relativa a sua função como integrante do comitê	Pelo menos um integrante deve possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria que o qualifiquem para a função
B3 – NOVO MERCADO	Mínimo de três membros, sendo ao menos um deles conselheiro independente da companhia	Ao menos um membro deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação da CVM

2.2.2 ATRIBUIÇÕES

A prática de instalar comitês de auditoria é relativamente nova, há algumas dúvidas sobre a atuação e as funções do órgão. De forma geral, para evitar deslizes ao considerar as responsabilidades do comitê, é necessário ter em mente que se trata mais de um órgão de supervisão e de orientação do que de execução – esta, geralmente, de responsabilidade dos gestores. (IBGC, IBRACON, 2017)

As atribuições do comitê de auditoria são atividades que estão relacionadas a administração e supervisão ativa, com um caráter preventivo.

O quadro abaixo apresenta as tarefas indicadas a este grupo segundo o manual de orientações sobre comitês de auditoria publicado em 2017 pelo IBGC.

Tarefas do Comitê de Auditoria (IBGC 2017)
I - Supervisionar o processo de elaboração das demonstrações financeiras;
II - Avaliar e monitorar a qualidade e a integridade dos processos de gerenciamento de riscos e dos controles internos;
III - Promover uma postura de conformidade, integridade e ética, relacionando-a à identidade da organização;
IV - Supervisionar o funcionamento do código de conduta, da ouvidoria e do canal de denúncias;
V - Avaliar a correção ou o aprimoramento das políticas internas da organização, incluindo a política de transações com partes relacionadas;
VI - Supervisionar e acompanhar os trabalhos da auditoria interna;
VII - Fazer recomendações sobre seleção, contratação, acompanhamento e substituição da auditoria independente.

Quadro 4

Fonte: Fonte Própria

2.2.3 REMUNERAÇÃO

O comitê de auditoria é remunerado de forma diretamente relacionada ao exercício efetivo da sua função. De forma que recomenda-se que esta remuneração seja variável ou caracterizada como prestação de serviço de consultoria a organização.

A remuneração atua como mecanismo capaz de alinhar interesses de executivos e acionistas ao motivarem executivos a dedicarem maior nível de esforço a suas atividades, obtendo, assim, desempenho superior (Baker, Jensen, & Murphy, 1988; Murphy, 1999).

2.3 SEGMENTOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Os segmentos de listagem na B3 foram criados para desenvolver o mercado de capitais brasileiro, de forma que segmenta o mercado de acordo com os diferentes perfis das empresas. Todos os segmentos necessitam de cumprimento de regras de governança corporativa, com o objetivo de auxiliar o investidor em sua avaliação.

Hoje os principais segmentos são Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível 2, Novo Mercado, Nível 2, Nível 1 e Básico. O quadro abaixo expõe um comparativo entre as regras para os segmentos de listagem em alguns temas.

	Bovespa Mais	Bovespa Mais Nível 2	Novo Mercado	Nível 2	Nível 1	Básico
Comitê de Auditoria	Facultativo	Facultativo	Obrigatória a instalação de comitê de auditoria, estatutário ou não estatutário, que deve atender aos requisitos indicados no regulamento: composição e atribuições	Facultativo	Facultativo	Facultativo
Compliance	Facultativo	Facultativo	Obrigatória a implementação de funções de compliance, controles internos e riscos corporativos, sendo vedada a acumulação com atividades operacionais	Facultativo	Facultativo	Facultativo
Divulgação adicional de informações	Política de negociação de valores mobiliários	Política de negociação de valores mobiliários	Regimentos do Conselho de Administração, de seus comitês de assessoramento e do Conselho Fiscal, quando instalado. Políticas de remuneração; (ii) indicação de membros do Conselho de Administração, seus comitês de assessoramento e diretoria estatutária; (iii) gerenciamento de riscos;	Política de negociação de valores mobiliários e código de conduta	Política de negociação de valores mobiliários e código de conduta	Não há regra específica
Capital social	Somente ações ON	Ações ON e PN	Somente ações ON	Ações ON e PN (com direitos adicionais)	Ações ON e PN (conforme legislação)	Ações ON e PN (conforme legislação)

Quadro 5
Fonte: Fonte Própria

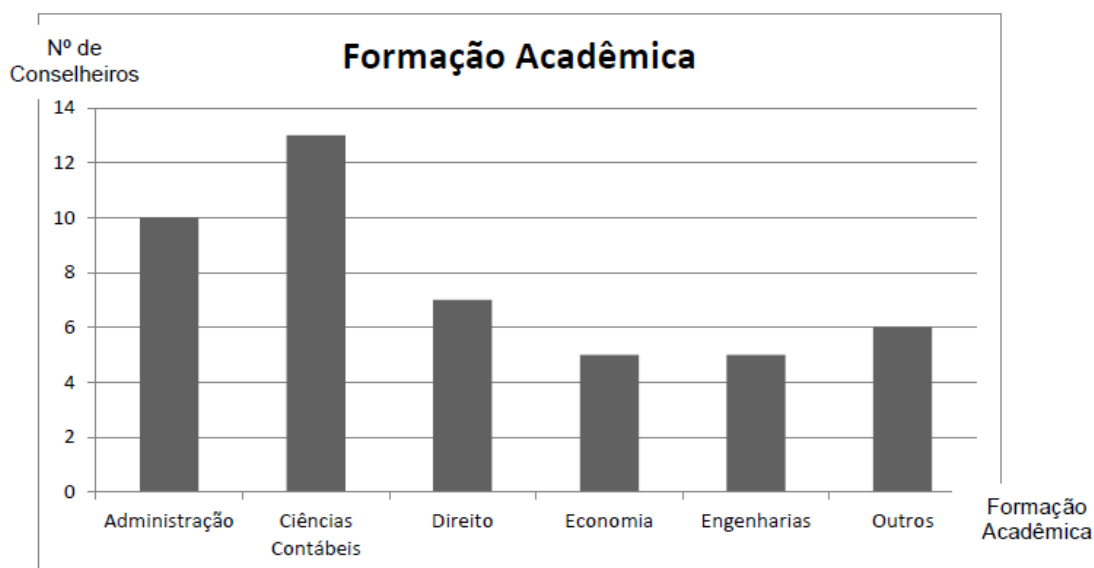
2.4 RESULTADOS DE OUTRAS PESQUISAS

Com base nos artigos utilizados como referencial teórico sobre o conselho fiscal, pode-se verificar a importância do órgão, ressaltando que a Lei das S.A teve grande responsabilidade. Porém, é importante salientar que mesmo com algumas alterações desde 1976 ainda se encontrar desatualizada em alguns pontos.

(Pontes, Evandro Fernandes, 2009) em sua tese afirma sobre a lei que, em 1976, marcava, com algumas raras imprecisões, um novo período no direito societário e no mercado de capitais brasileiro, já apresenta aspectos de desatualização. Após duas reformas sensíveis, a lei ganhou sobrevida. Entretanto, há pontos em que está desatualizada.

Como partes integrantes de um sistema de pesos e contrapesos, o direito de fiscalização e a atuação do conselho fiscal tiveram de ser minuciosamente regulados, tendo em vista que o reconhecimento de um direito ilimitado de fiscalização poderia sujeitar a administração da companhia à grande quantidade de demandas injustificadas dos sócios e conselheiros fiscais e acabar (MACHADO, 2017).

(LIMA, 2014) apresentou em seu artigo a formação acadêmica de 37 membros do conselho fiscal de 9 empresas: Ambev S/A (ABEV3), Anhanguera (AEDU3), América Latina Logística (ALLL3), Banco do Brasil (BBAS3), Bradesco (BBDC3), Braskem (BRKM5), Cielo (CIEL3), Cemig (CMIG4), Copel (CPLE6).



Quadro 6

Fonte: (Conselho fiscal: formação acadêmica dos conselheiros; Lima, 2014)

Esta pesquisa de (LIMA, 2014), apresenta uma participação de 35% de contadores no conselho fiscal em sua base de dados.

(MATOZO, 2016) apresentou em sua pesquisa alguns resultados de participação do contador no comitê de auditoria e conselho fiscal, além de também fazer uma segregação por segmentos de listagens e setores de atuação. A base utilizada por ela apresenta 198 empresas listadas na B3 com resultados divulgados em 2016. Abaixo segue alguns quadros utilizados pela autora com os resultados:

NÍVEIS DE GOVERNANÇA	QUANTIDADE	%
NOVO MERCADO	133	67,17
NÍVEL I	30	15,15
NÍVEL II	22	11,11
BOVESPA MAIS	13	6,57
TOTAL	198	100

Quadro 7

Fonte: (Participação dos Contadores nos Conselhos e Comitês das Empresas em Níveis Diferenciados de Governança Corporativa Listadas na Bm&Fbovespa; Matozo, 2016)

Neste quadro acima (MATOZO, 2016) apresentou a divisão das empresas da base de dados por nível de governança corporativa.

ORGÃOS	DIRETORIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	COMITE DE AUDITORIA	OUTROS COMITES
PROFISSÕES	%	%	%	%	%
ADMINISTRADOR DE EMPRESAS	22,50	20,50	15,40	15,80	22,30
ADVOGADO	7,50	9,00	17,20	7,00	8,15
ANALISTA DE SISTEMAS	1,00	-----	-----	-----	-----
BANCARIO	11,80	2,85	-----	-----	9,30
CONTADOR	4,30	2,50	27,00	14,50	3,60
ECONOMISTA	11	15,70	16,40	18	14,60
EMPRESARIO	2,00	7,20	1,40	-----	3,75
ENGENHEIRO	25,6	26,3	5,2	10,50	23,9
FUNCIONÁRIO PÚBLICO	-----	-----	1,40	-----	-----
INDUSTRIAL	1,30	0,75	-----	-----	-----
PSICÓLOGO	0	-----	-----	-----	0,65
OUTRAS PROFISSOES	13,00	15,20	16,00	34,20	13,75
TOTAL	100	100	100	100	100

Quadro 8

Fonte: (Participação dos Contadores nos Conselhos e Comitês das Empresas em Níveis Diferenciados de Governança Corporativa Listadas na Bm&Fbovespa; Matozo, 2016)

No quadro acima (MATOZO, 2016) apresentou o percentual de cada profissão em diretoria, conselhos e comitês.

SETORES DE EMPRESAS	QTDE	%	SETORES DE EMPRESAS	QTDE	%
ALIMENTOS PROCESSADOS	11	5,76	INDÚSTRIA	18	9,42
BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS	20	10,47	INFORMÁTICA	8	4,19
BENS DE CONSUMO E VAREJO	6	3,14	METALURGIA E SIDERURGIA	5	2,62
BIOCOMBUSTÍVEIS, GÁS E PETRÓLEO	6	3,14	SAÚDE	10	5,24
CELULOSE, PAPEL E MADEIRA	5	2,62	SERVIÇOS	14	7,33
COMÉRCIO	6	3,14	TECIDOS, VESTUÁRIO E CALÇADOS	6	3,14
CONSTRUÇÃO E IMÓVEIS	28	14,66	TRANSPORTES	12	6,28
ENERGIA E SERVIÇOS BÁSICOS	20	10,47	OUTROS SETORES	23	8,38
TOTAL				198	100

Quadro 9

Fonte: (Participação dos Contadores nos Conselhos e Comitês das Empresas em Níveis Diferenciados de Governança Corporativa Listadas na Bm&Fbovespa; Matozo, 2016)

(MATOZO, 2016) apresentou acima a divisão das empresas por setores de atuação.

Os resultados alcançados por (MATOZO, 2016) serão de grande importância para fins de comparabilidade com os resultados alcançados nesta pesquisa, de forma que será possível verificar a evolução e atualização dos dados alcançados pela autora, tendo em vista que as informações utilizadas por ela são de 2016 e a desta pesquisa de 2018.

(ESCUDER, 2009) em sua pesquisa apresentou resultados sobre a importância do composição do conselho fiscal, isso a partir de um questionário com conselheiros do conselho fiscal. Abaixo segue quadro com as repostas:

Tabela 11 - Percepção sobre a composição do conselho fiscal em percentual

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL		
	% de respostas	% total
Muito pouco importante	12,20%	12,20%
Pouco importante	7,32%	19,52%
Importante	7,32%	26,84%
Muito importante	34,15%	60,99%
Extremamente importante	39,02%	100,00%
Total	100,00%	

Quadro 10

Fonte: (Governança corporativa e o conselho fiscal como instrumento de geração de valor ao acionista; Escuder, 2006)

A tabela acima demonstra que 73,17% dos conselheiros ouvidos consideram muito importante e extremamente importante a composição do colegiado para a geração de valor ao acionistas. E também apresenta que apenas 12% dos conselheiros consideram muito pouco importante tal prática de boa governança corporativa (ESCUDER, 2006).

(ESCUDER, 2006) afirma que essa situação tende a demonstrar uma coerência dos controladores com os demais shareholders e o mercado em geral, em que denotam preocupação da transparência das ações do conselho de administração e diretoria executiva. Entretanto, na existência de conflitos de acionistas, os majoritários acabam por denegar essa possibilidade, fazendo valer seu direito legal na composição do colegiado.

3 METODOLOGIA

O estudo se dará através de pesquisa descritiva, baseada em dados bibliográficos disponibilizados em artigos científicos, monografias, legislações, manuais e livros relacionados ao tema.

Além disso, a amostra da pesquisa é composta por 384 empresas de capital aberto com ações em negociação na B3(Brasil, Bolsa, Balcão – BM&FBovespa) no ano de 2018. Os dados referente ao conselho fiscal e comitê de auditoria foram coletadas no software Comdinheiro. Como resultado geral: Das 384 empresas analisadas, 209 tem conselho fiscal e 148 comitê de auditoria.

3.1 PARTICIPAÇÃO DO CONTADOR

A análise inicial buscou verificar a participação de contadores nos comitês de auditoria e conselho fiscal, de forma que foi feita uma verificação percentual baseada no banco de dados. Após isso, verificou-se a média de contadores por conselho fiscal e comitê de auditoria.

3.2 ANÁLISE POR SEGMENTOS DE LISTAGEM

Verificou-se como se dá a divisão das empresas listadas na B3 por segmento de listagem, de forma que separou-se empresas com conselho fiscal e empresas com comitê de auditoria. Após isso a análise foi feita para as empresas com contadores nestes órgãos de controle, buscando encontrar uma relação entre o nível do segmento de listagem e o grau de participação do contador.

3.3 ANÁLISE SETORIAL

A classificação setorial será de acordo com a utilizada na B3. Cada setor possui subsetores e segmentos, porém para garantir uma mensuração mais enxuta e padronizada, decidiu-se o uso apenas da divisão setorial.

Buscou-se observar a segregação setorial das empresas da B3. Posteriormente fazendo esta análise por empresas com comitê de auditoria e empresas com conselho

fiscal. Para ao final refazer esta análise, em um cenário apenas de contadores, com o intuito de verificar uma maior influência deste profissional em determinados setores.

3.4 ANÁLISE DE INDICAÇÕES

Esta análise foi feita a partir da segregação dos tipos de indicações de membros para o conselho fiscal, de forma que analisou-se percentualmente a participação de cada grupo. Posteriormente foi verificada a participação de contadores indicados por cada grupo de acionistas.

3.5 TEMPO DE PERMANÊNCIA

Nesta verificação, foi realizada uma média do tempo de permanência do membro no conselho fiscal e de auditoria. De forma que o tempo de cada membro foi calculado a partir da diferença entre a posse e 31/12/2018, correspondendo o tempo de permanência até o período de coleta dos dados.

3.6 COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Para esta verificação, foi feita uma divisão das empresas que possuem comitê de auditoria, de forma que o número de membros em seu comitê fosse o fator chave para a separação.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 PARTICIPAÇÃO DO CONTADOR

O estudo se baseia em uma base de dados composta por 384 empresas listadas na B3, com dados apresentados nas demonstrações contábeis com data-base 31/12/2018. Com isso, a primeira verificação foi em relação ao percentual das empresas que possuem contadores em seu comitê de auditoria e conselho fiscal.

Percentual de empresas que possuem contadores no Comitê / Conselho			
	Total de Empresas	Empresas com contadores	%
Comitê de Auditoria	148	74	50,00%
Conselho Fiscal	209	141	67,46%

Quadro 11
Fonte: Fonte Própria

Conforme exposto no quadro acima, a participação do contador é bem expressiva, de forma que metade das empresas já utilizam de pelo menos um profissional contábil para composição de seu comitê de auditoria, e 67,46% das empresas utilizam o profissional em seu conselho fiscal.

A partir deste exposto, buscou-se verificar o percentual de contadores do total de membros nos comitês de auditoria e conselhos fiscais, conforme quadro abaixo:

Membros Contadores no Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria		
	Conselho fiscal	Comitê de Auditoria
Total de membros	749	485
Total de Contadores	218	100
% de Contadores	29,11%	20,62%

Quadro 12
Fonte: Fonte Própria

Como pode-se observar a participação do contador no conselho fiscal é um pouco mais frequente que no comitê de auditoria, porém já apresenta um bom nível em ambos

órgãos de controle, tendo em vista a variedade de profissionais que também atuam neste nicho.

Pode-se comparar este resultado com o obtido na pesquisa de (MATOZO, 2016). O resultado da autora, apresenta uma participação de 27% de membros contadores no conselho fiscal e 14,50% de membros contadores no comitê de auditoria. Passados dois anos da análise da autora, já se pode ver leve melhora da participação do contador no conselho fiscal e também no comitê de auditoria.

A pesquisa de (Lima, 2014) utilizou uma base de apenas 9 empresas totalizando 37 membros no conselho fiscal, destes, 35% eram contadores. A disparidade para o resultado encontrado neste trabalho pode se dar pela diferença da amostra.

Após esta verificação inicial, analisou-se a média de membros no conselho fiscal e comitê de auditoria a partir da base de dados, verificando-se:

Média de membros por empresa	
Conselho fiscal	Comitê de Auditoria
3,58	3,28

Quadro 13

Fonte: Fonte Própria

Com isso pode-se verificar que o conselho fiscal das companhias analisadas possuem uma média de 3 a 4 membros por conselho, onde 29,11% dos membros são contadores. O que traz um resultado aproximado de 1 contador por conselho.

$$3,58 \times 29,11\% = 1,04$$

Já no comitê de auditoria, a média também é de 3 a 4 membros por conselho, onde 20,62% dos membros de todos os comitês analisados são contadores. O que apresenta um resultado aproximado de 0 a 1 contador por conselho.

$$3,28 \times 20,62\% = 0,68$$

4.2 ANÁLISE POR SEGMENTOS DE LISTAGEM

Os segmentos de listagens são classificações que mensuram a qualidade da governança corporativa nas empresas. Com isso, decidiu-se analisar como as empresas da base de dados estão divididas por segmento, e após isso verificar a participação dos contadores no conselho fiscal e no comitê de auditoria nos diferentes segmentos.

Nº de Empresas da B3 por segmento da listagem		
Segmento	Nº	%
Novo Mercado	137	35,68%
Bovespa Nível 2	20	5,21%
Bolsa	139	36,20%
Bdr Nível 3	11	2,86%
Balcão	32	8,33%
Bovespa Nível 1	27	7,03%
Bovespa Mais	16	4,17%
Bdr Nível 2	2	0,52%
Total	384	100,00%

Quadro 14
Fonte: Fonte Própria

Este quadro inicial apresenta dois segmentos com maior participação frente aos outros. O novo mercado, o mais alto nível de governança corporativa nas empresas, com 35,68% do total. E também o bolsa, que representa o mais básico segmento de listagem da B3, com 36,20% do total.

A pesquisa de (Matozo, 2016) apresenta em sua base de dados uma participação de 67,17% para empresas do novo mercado, porém não utiliza em sua pesquisa empresas do segmento de listagem mais básico, por isso a disparidade. Porém, ao fazer uma comparação utilizando apenas os quatro segmentos utilizados pela autora, os resultados se aproximam. Abaixo pode-se observar um quadro limitando a base de dados deste trabalho apenas aos segmentos utilizados pela autora.

Segmento	Nº	%
Novo Mercado	137	69%
Bovespa Nível 2	20	10%
Bovespa Nível 1	27	14%
Bovespa Mais	16	8%
Total	200	100%

Quadro 15
Fonte: Fonte Própria

A partir desta limitação da base de dados, pode-se verificar que o percentual de empresas que participam do Novo Mercado teve um aumento em 2 pontos percentuais, e no Bovespa Nível 1 teve um aumento em 1 ponto percentual, quando comparado com a pesquisa de (Matozo, 2016).

Este aumento percentual, mesmo pequeno, nos dois maiores níveis de governança corporativa, já indica uma leve evolução na preocupação das empresas em apresentar uma informação mais transparente aos acionistas, e também aderir mais mecanismos de controle.

Buscou-se verificar também, o segmento das empresas com comitê de auditoria e conselho fiscal listadas na B3. O quadro abaixo expõe essa divisão, de forma que apresenta o percentual de cada segmento frente ao total.

Percentual de segmentos das empresas listadas na B3				
	Comitê de auditoria	%	Conselho Fiscal	%
Bovespa Mais	6	4,05%	1	0,48%
Novo Mercado	75	50,68%	95	45,45%
Nível 2	13	8,78%	12	5,74%
Nível 1	15	10,14%	22	10,53%
Bolsa	27	18,24%	71	33,97%
BDR Nível 3	8	5,41%	1	0,48%
BDR Nível 2	2	1,35%	1	0,48%

Balcão Organizado	2	1,35%	6	2,87%
Total	148	100,00%	209	100,00%

Quadro 16

Fonte: Fonte Própria

Com esta análise se pode verificar que o segmento que apresenta maioria é o novo mercado, tanto no comitê de auditoria (50,68%) quanto no conselho fiscal (45,45%).

Após esta análise inicial, buscou-se analisar os segmento de listagem das empresas que possuem pelo menos um contador em meio a seus conselheiros.

**Percentual de segmentos das empresas listadas na B3 com contadores no
Comitê de Auditoria e no Conselho Fiscal**

	Comitê de auditoria	%	Conselho Fiscal	%
Bovespa Mais	5	6,76%	0	0,00%
Novo Mercado	36	48,65%	68	48,23%
Nível 2	9	12,16%	9	6,38%
Nível 1	7	9,46%	17	12,06%
Bolsa	15	20,27%	41	29,08%
BDR Nível 3	2	2,70%	1	0,71%
BDR Nível 2	0	0,00%	0	0,00%
Balcão Organizado	0	0,00%	5	3,55%
Total	74	100,00%	141	100,00%

Quadro 17

Fonte: Fonte Própria

Assim como no quadro anterior, o novo mercado continua se destacando frente aos outros segmentos de listagem.

Com o objetivo de analisar a participação do contador segmento por segmento, também verificou-se o percentual de membros contadores nos segmentos de governança corporativa que apresentaram mais expressividade na base de dados.

Conselho Fiscal				
	Novo Mercado	Nível 2	Nível 1	Bolsa
Total de membros	301	96	50	269
Membros Contadores	103	29	13	62

Percentual por Segmento	34,22%	30,21%	26,00%	23,05%
--------------------------------	--------	--------	--------	--------

Quadro 18
Fonte: Fonte Própria

No conselho fiscal se pode notar que a participação do contador é maior nos segmentos de listagem de mais alto nível, o que pode ser um indício de que a sua presença no conselho impacta positivamente as companhias. Além disso, também pode demonstrar a importância de sua presença nos níveis mais altos de governança corporativa.

Comitê de Auditoria				
	Novo Mercado	Nível 2	Nível 1	Bolsa
Total de membros	235	54	53	81
Membros Contadores	43	12	7	27
Percentual por Segmento	18,30%	22,22%	13,21%	33,33%

Quadro 19
Fonte: Fonte Própria

Já no comitê de auditoria, diferente do conselho fiscal, a participação do contador não seguiu um padrão de acordo com o nível do segmento. Isso pode ser explicado pelo fato de muitas companhias não ter a obrigatoriedade de possuir este órgão de controle. Podendo ser utilizado muitas vezes apenas como replicador da opinião da auditoria externa.

4.3 ANÁLISE SETORIAL

A divisão setorial é interessante pois possibilita para o stakeholder uma fonte comparativa na análise da empresa. Neste trabalho será possível verificar a fatia de cada setor nas empresas da B3, de forma a verificar também a participação de contadores em cada tipo de setor. A partir daí, é possível identificar setores que apresentam uma maior participação de contadores no conselho fiscal e comitê de auditoria das empresas.

Hoje, existem 11 setores na B3 que as empresas se enquadram. Em cada quadro será analisado os 4 setores com maior fatia do mercado em empresas com conselho fiscal e empresas com comitê de auditoria, verificando o percentual de cada.

Vale ressaltar que esta análise não leva em conta o valor de mercado das companhias, de forma que os setores com maiores fatias não necessariamente são os de maioria no IBOVESPA.

Divisão setorial B3		
Setores	Nº de Empresas	%
Consumo não Cíclico	25	6,51%
Consumo Cíclico	83	21,61%
Bens Industriais	59	15,36%
Financeiro	66	17,19%
Outros	28	7,29%
Materiais Básicos	29	7,55%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	12	3,13%
Utilidade Pública	51	13,28%
Saúde	20	5,21%
Tecnologia da Informação	7	1,82%
Telecomunicações	4	1,04%
Total	384	100%

Quadro 20

Fonte: Fonte Própria

Os setores mais expressivos da B3 foram: Consumo Cíclico, Financeiro, Bens Industriais e Utilidade Pública. Juntos apresentam 67,45% do total, porém dentro destes 4 setores existem 23 subsetores e 52 segmentos.

Quando este resultado é comparado com o da pesquisa de (Matozo, 2016), os resultados são bem parecidos. Na ocasião, a autora utilizou subsetores para fazer sua pesquisa, mas de forma agregada a setores, os resultados estão alinhados. Os quatro maiores setores em ambas pesquisas são Consumo Cíclico, Financeiro, Bens Industriais e Utilidade Pública.

A partir da análise setorial geral, decidiu-se partir para uma análise setorial das empresas com conselho fiscal e das empresas com comitê de auditoria.

Divisão setorial das Empresas listadas na B3				
Setores	Conselho Fiscal		Comitê de Auditoria	
	Nº de Empresas	%	Nº de Empresas	%
Consumo não Cíclico	13	6,22%	10	6,76%
Consumo Cíclico	48	22,97%	25	16,89%
Bens Industriais	34	16,27%	16	10,81%
Financeiro	33	15,79%	37	25,00%
Outros	1	0,48%	1	0,68%
Materiais Básicos	21	10,05%	7	4,73%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	7	3,35%	5	3,38%
Utilidade Pública	39	18,66%	29	19,59%
Saúde	7	3,35%	11	7,43%
Tecnologia da Informação	2	0,96%	3	2,03%
Telecomunicações	4	1,91%	4	2,70%
Total	209	100%	148	100%

Quadro 21

Fonte: Fonte Própria

No conselho fiscal os setores que mais se destacam em número de companhias são: Consumo Cíclico, Utilidade Pública, Bens Industriais, Financeiro. Juntos representam 73,68% do total.

Já no comitê de auditoria os setores de maior destaque em número de companhias são: Financeiro, Utilidade Pública, Consumo Cíclico e Bens Industriais. Juntos representam 72,30% do total.

A partir disso, verificou-se as empresas que possuem pelo menos um contador em seus conselhos, para então verificar a dispersão dos setores.

Divisão setorial das Empresas listadas na B3				
Setores:	Conselho Fiscal		Comitê de Auditoria	
	Nº de Empresas	%	Nº de Empresas	%
Consumo não Cíclico	10	7,09%	5	6,76%
Consumo Cíclico	30	21,28%	14	18,92%
Bens Industriais	24	17,02%	5	6,76%
Financeiro	20	14,18%	23	31,08%
Outros	0	0,00%	1	1,35%
Materiais Básicos	15	10,64%	2	2,70%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	7	4,96%	2	2,70%
Utilidade Pública	25	17,73%	13	17,57%
Saúde	7	4,96%	6	8,11%
Tecnologia da Informação	1	0,71%	1	1,35%
Telecomunicações	2	1,42%	2	2,70%
Total	141	100%	74	100%

Quadro 22

Fonte: Fonte Própria

No conselho fiscal os setores que mais se destacaram foram: Consumo Cíclico, Utilidade Pública, Bens Industriais e Financeiro. Representando juntos 70,21% do total.

Já no comitê de auditoria os setores em destaque foram: Financeiro, Consumo Cíclico, Utilidade Pública e Saúde. Representado juntos 75,68% do total.

Esta verificação limitando-se a empresas com pelo menos um membro contador apresentou um resultado semelhante no conselho fiscal, de forma que os 4 setores de maior participação se repetiram. Porém, no comitê de auditoria, os resultados

apresentaram o setor financeiro com uma grande fatia do mercado e o setor de Saúde entrou como quarto maior excluindo o setor de Bens Industriais.

4.4 ANÁLISE DE INDICAÇÃO DE MEMBROS

No conselho fiscal a política de indicação de membros varia de acordo com o estatuto social da empresa. Porém hoje de forma ampla, observa-se a indicação a partir de três fontes: O acionista controlador, o acionista preferenciais e os acionistas minoritários ordinários.

Inicialmente verificaremos como é essa divisão de indicações, separando os membros efetivos e os membros presidentes, sobre uma perspectiva de membros em geral em todas as empresas com conselho fiscal na B3. Após esta análise inicial, verificaremos o percentual de contadores em cada divisão de indicados.

	Nº Membros	%
C.F.(Efetivo) Eleito p/Controlador	445	64,49%
C.F.(Efetivo) Eleito p/Minor.Ordinaristas	174	25,22%
C.F.(Efetivo) Eleito p/preferencialistas	71	10,29%
Total	690	100,00%

Quadro 23

Fonte: Fonte Própria

	Nº Membros	%
Pres. C.F.Eleito p/Controlador	41	69,49%
Pres. C.F.Eleito p/Minor.Ordinaristas	15	25,42%
Pres. C.F.Eleito p/Preferencialistas	3	5,08%
Total	59	100,00%

Quadro 24

Fonte: Fonte Própria

Como se pode observar nas indicações de presidentes e membros do conselho fiscal, a grande maioria dos membros foram eleitos pelo controlador, de forma que a influência de acionistas minoritários representa 25% de forma geral, e os acionistas preferenciais tem uma representatividade menor ainda.

Na pesquisa de (ESCUDER, 2006), ele afirma que na existência de conflitos entre os acionistas, os majoritários podem acabar deixando de lado a coerência com os stakeholders em geral, de forma a fazer valer seu direito legal na composição do colegiado.

A partir desse exposto, buscou-se verificar a participação de contadores em cada nicho de indicação.

Indicação Conselho Fiscal			
	Total membros	Contadores	%
C.F.(Efetivo) Eleito p/Controlador	445	136	30,56%
C.F.(Efetivo) Eleito p/Minor.Ordinaristas	174	48	27,59%
C.F.(Efetivo) Eleito p/preferencialistas	71	18	25,35%
Pres. C.F.Eleito p/Controlador	41	13	31,71%
Pres. C.F.Eleito p/Preferencialistas	3	1	33,33%
Pres. C.F.Eleito p/Minor.Ordinaristas	15	2	13,33%
Total	749	218	29,11%

Quadro 25
Fonte: Fonte Própria

O percentual de contadores indicados ao conselho fiscal segue uma linha média de 30% em todos os tipos de acionistas, levantando um ponto fora da curva apenas na indicação de contadores presidentes de conselho fiscal indicado por acionistas ordinários minoritários, que representam 13,33% do total de membros presidentes indicados por esse grupo.

4.5 TEMPO DE PERMANÊNCIA

O período de permanência no conselho fiscal e comitê de auditoria é um fator importante, que muitas vezes é limitado a um período máximo. A partir disso, buscou-se verificar o período médio em meses que o membro está no conselho fiscal e no comitê de auditoria. O cálculo do tempo no órgão foi feito a partir da diferença da posse até 31/12/2018. Com isso, será possível analisar o período de permanência no conselho fiscal e no comitê de auditoria até a data da colheita dos dados.

A verificação inicial foi feita a partir do período médio de membros com todas as formações, membros não contadores e membros contadores. Os quadros abaixo, apresentam os resultados:

Conselho Fiscal	Total de Membros	Média de Meses
Contadores	218	20,29
Não Contadores	531	19,9
Todos	749	20,01

Quadro 26

Fonte: Fonte Própria

O conselho fiscal apresentou um período médio de permanência de 20 meses, de forma que o período que contadores permanecem no conselho é levemente superior ao restante dos membros com outras profissões.

Comitê de Auditoria	Total de Membros	Média de Meses
Contadores	100	21,38
Não Contadores	385	23,11
Todos	485	22,75

Quadro 27

Fonte: Fonte Própria

Já no comitê de auditoria, o período médio de permanência foi de 22,75 meses, de forma que o período que contadores permanecem no comitê é um pouco inferior aos membros com outras profissões.

Após esta análise, decidiu-se verificar o prazo médio da participação do membro, de acordo com sua indicação no conselho fiscal.

Membros de todas as Profissões do Conselho Fiscal		
	Total de Membros	Média de Meses
C.F.(Efetivo) Eleito p/Controlador	445	20,19
C.F.(Efetivo) Eleito p/Minor.Ordinaristas	174	20,08
C.F.(Efetivo) Eleito p/preferencialistas	71	19,01
Pres. C.F.Eleito p/Controlador	41	19,73
Pres. C.F.Eleito p/Minor.Ordinaristas	15	20,20
Pres. C.F.Eleito p/Preferencialistas	3	17,67
Total	749	20,02

Quadro 28
Fonte: Fonte Própria

A classe que apresentou maior desvio padrão neste quadro foi a dos presidentes eleitos por preferencialistas, este grupo apresentou uma média de meses bem inferior quando comparada com as outras classes. Possivelmente por este tipo de acionista não ter os mesmos direitos que os ordinários, este cenário foi apresentado.

A partir disso, decidiu-se verificar o impacto desta análise restringindo para apenas membros contadores no conselho.

Membros Contadores do Conselho Fiscal		
	Total de Membros	Média de Meses
C.F.(Efetivo) Eleito p/Controlador	136	20,23
C.F.(Efetivo) Eleito p/Minor.Ordinaristas	48	20,23
C.F.(Efetivo) Eleito p/preferencialistas	18	19,33
Pres. C.F.Eleito p/Controlador	13	20,46
Pres. C.F.Eleito p/Minor.Ordinaristas	2	20,50
Pres. C.F.Eleito p/Preferencialistas	1	19,00
Total	218	20,29

Quadro 29
Fonte: Fonte Própria

Como se pode observar, o impacto de membros do conselho fiscal contadores não apresentou muitas distorções quando comparado a base completa com membros de todas as profissões.

Em relação à divisão de classes de acordo com a indicação do membro, a formação em contabilidade não foi um fator tão impactante no tempo de permanência do membro no conselho fiscal. As variações não apresentaram expressividade.

4.6 ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

A partir da base de dados, analisou-se a composição dos comitês de auditoria na B3. Como exposto no referencial teórico, a composição varia de acordo com a regulamentação que rege a companhia e seu setor. A partir disso, verificou-se a quantidade de membros nos comitês de auditoria das empresas da B3.

Tamanho dos Comitês de Auditoria da B3

Nº de Membros	Nº Empresas	%
1 membro	3	2,01%
2 membros	12	8,05%
3 membros	98	65,77%
4 membros	19	12,75%
5 membros	12	8,05%
6 membros	4	2,68%
7 membros	1	0,67%
Total	149	100,00%

Quadro 30
Fonte: Fonte Própria

Pode-se observar que 65,77% das empresas apresentaram um comitê de auditoria com 3 membros, o que já era esperado, tendo em vista que a CVM com sua Instrução N. 509/11, o BACEN com a sua resolução N.3.198 e a B3, utilizarem este número de membros como o mínimo de membros.

Este resultado pode ser caracterizado pelo custo que um profissional em comitê tem, de forma que utilizando o mínimo necessário para se enquadrar no novo mercado, já seria o suficiente para a empresa.

Porém o que chama atenção são as empresas com apenas 1 membro em seu comitê. A partir disso decidiu-se verificar estas 3 companhias. São Elas: Banco Inter SA, B2W Digital e Cia. Industrial Cataguases.

O Banco Inter é uma instituição financeira do Nível 1 de Governança Corporativa, e em seu relatório de gestão de riscos de 2018, ele apresenta o órgão comissão de auditoria. No exposto abaixo, se pode-se verificar esta contestação retirada do relatório de gestão de riscos publicado no site de relação com investidores.

3.2.2. Comissão de Auditoria

Composta por um Conselheiro, pelo Vice-Presidente de Operações e Administrativa (Presidente da Comissão), pela Diretora Jurídica e Administrativa, pelo Superintendente Contábil e Fiscal e pelo Superintendente de Compliance, Gestão de Riscos e Controles Internos, com as seguintes funções:

- Aprovar o planejamento anual das auditorias interna e externa; e
- Acompanhar os relatórios elaborados pelas auditorias interna e externa.

Quadro 31

Fonte: Relação com os Investidores Banco Inter

De acordo com a informação acima, pode-se entender que apenas o conselheiro figura como membro independente e externo, os outros integrantes já possuem um vínculo empregatício com o banco.

A Companhia Industrial Cataguases é uma empresa de fabricação de tecidos de algodões e viscose, do nível bolsa de governança corporativa. Em seu site de relação com investidores, apresenta a função do Comitê de Finanças e Auditoria, porém em momento algum expõe a quantidade de seus membros ou o nome dos mesmos. Na sua DFP 2018 não cita em nenhum momento parecer do comitê de auditoria.

A B2W Digital, é uma empresa de comércio eletrônico do Novo mercado, e em sua DFP 2018 apresenta o parecer do comitê de auditoria. Nele apresenta o nome do presidente do comitê (único membro presente no banco de dados) e de 2 secretários, estes que não podemos afirmar sua independência. Abaixo segue a imagem do parecer:

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Parecer do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da B2W – COMPANHIA DIGITAL, em cumprimento às disposições legais, revisou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base na revisão mencionada e considerando, ainda, as informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes, recebidos no decorrer do exercício, o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos recomenda, ao Conselho de Administração, a aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras (incluindo notas explicativas) relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Mauro Muratório Not

Presidente

Luiz Carlos Di Sessa Filippetti

Secretário

Paulo Antunes Veras

Quadro 32

Fonte: DFP B2W 2018

5 CONCLUSÃO

Os resultados alcançados com o estudo, de maneira geral, foram satisfatórios. De forma que foi possível verificar como se faz presente hoje a participação do Profissional de contabilidade no conselho fiscal e comitê de auditoria das empresas listadas na B3. A partir de uma análise feita de forma geral inicialmente, e posteriormente segregada por setores de atuação, segmentos de listagem, de indicações de membros, entre outras.

A participação do contador no comitê de auditoria e conselho fiscal apresentou resultados bem expressivos, porém com muito espaço livre pela frente para aumentar os números. É visível que esta formação hoje pode propiciar funcionários bem capacitados e com características importantes e essenciais para os membros que compõem estes conselhos e comitês. Porém, é importante salientar que apenas a graduação muitas vezes não é suficiente, sendo necessário experiência na profissão e capacitação contínua durante a vida profissional.

A partir da comparação dos resultados desta pesquisa com a de outros trabalhos mais antigos e com temas similares, pode-se observar a participação do contador nos órgãos de controle como um todo, e principalmente no comitê de auditoria e conselho fiscal, avançando de forma positiva. É nítido que este profissional cada vez mais está presente nestes comitês e conselhos, sendo muito importante para a manutenção de valor das companhias.

Os resultados obtidos na pesquisa de (MATOZO, 2016) até este estudo, proporcionaram observar um aumento de membros contadores de 2 pontos percentuais no conselho fiscal e de 6 pontos percentuais no comitê de auditoria. Além disso também foi apresentado um aumento de 2 pontos percentuais das empresas que estão no novo mercado, e os setores de atuação com mais expressividade na B3 continuaram sendo Consumo Cíclico, Financeiro, Bens Industriais e Utilidade Pública.

Hoje o conselho fiscal tem uma expressão muito maior nas companhias que o comitê de auditoria, com isso, em muitas análises, os resultados do comitê de auditoria foram inferiores. Isso pode ser explicado por conta das regulamentações que são um pouco mais severas no conselho fiscal, apresentado pela lei das SA's, enquanto o comitê de auditoria apresenta regulamentações mais segmentadas de acordo com os órgãos que controlam o setor da companhia, muitas vezes não sendo obrigatório.

Pode-se suspeitar que em algumas empresas o comitê de auditoria acabou se tornando um organismo para cumprir tabela, e supostamente apresentar uma entidade com mais mecanismos de governança corporativa. Muitas vezes estes comitês se baseiam cegamente nas auditorias externas e simplesmente replicam em seus pareceres o que foi assegurado pela entidade que está auditando. Talvez por isso, verificamos uma participação menor de contadores neste órgão, quando comparado com o conselho fiscal.

A variação dos resultados deste estudo com os das outras pesquisas dos outros autores podem apresentar um resultado ainda não tão expressivo, devido ao período de tempo que é curto. Com as possíveis mudanças futuras no mercado devido aos ciclos econômicos, pode-se esperar que estes resultados venham a ser alterados de forma mais intensa.

Hoje o mercado financeiro está mais democratizado, de forma que o investidor minoritário tem acesso a informações que não possuía antes, além de custos menores para iniciar neste mercado. Apesar disso, a participação de pessoas físicas no mercado de capitais brasileiro ainda é bem tímida quando comparada com outros países. De fato órgãos como comitê de auditoria e conselho fiscal são de grande importância para o investidor. Seu papel fundamental é garantir transparência, de forma que o investidor possa tomar suas decisões de forma consciente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Código das melhores práticas de governança corporativa. 5.ed. / Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. - São Paulo, SP: IBGC, 2015.

Pontes, Evandro Fernandes de. ***O CONSELHO FISCAL NAS COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS***. Dissertação de Mestrado USP, São Paulo 2009

BRASIL. Lei Nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm

Orientações sobre Comitês de Auditoria: Melhores Práticas no Assessoramento ao Conselho de Administração - São Paulo, SP: IBGC, 2017

Baker, G. P., Jensen, M. C., & Murphy, K. J. (198). ***Compensation and incentives: practice vs. theory***. *The Journal of Finance*, 18(3), 593-616.
<http://dx.doi.org/10.1111/j.1540-6261.1988.tb04593.x>

Orientações sobre comitês de auditoria: melhores práticas no assessoramento ao conselho de administração / Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. São Paulo, SP : IBGC/IBRACON, 2017.

CVM – INSTRUÇÃO N. 509/11

RESOLUÇÃO CMN N. 3.198

LEI N. 13.303

MACHADO, CHANTAL VAN BRUSSEL (2017). ***Limites de atuação do conselho fiscal*** – Monografia para bacharel em direito Puc-Rio

LIMA, VICTOR GODEIRO DE MEDEIROS. ***Conselho Fiscal: Formação acadêmica dos conselheiros*** - Ciências Sociais Aplicadas em Revista - UNIOESTE/MCR - v.14 - n. 26 - 1º sem.2014 - p 193 a 207 - ISSN 1679-348X

TRAPP, A. C. G.; LOPES, A. B. (2006). ***A Relação do Conselho Fiscal como Componente de Controle no Gerenciamento de Resultados Contábeis***. Tese (Doutor em Ciências Contábeis) - Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

MATOZO, LORENA REGIANE FERREIRA ÁVILA. (2016) ***Participação dos Contadores nos Conselhos e Comitês das Empresas em Níveis Diferenciados de Governança Corporativa Listadas na Bm&Fbovespa***

ESCUDER, Sergio Antônio Loureiro. **Governança corporativa e o conselho fiscal como instrumento de geração de valor ao acionista** . 2006. 177 f. Dissertação (Mestrado em Organização e gestão) - Universidade Católica de Santos, Santos, 2006.